

Uma espada que não f

Pesquisa de Aluísio Lacerda
Fotos de Arquivo

Dezembro, sexta-feira, 13. Todo o país viveu a expectativa depois da derrota do governo, no longínquo 1968. Teve a maior repercussão em todos os setores políticos e junto à opinião pública do Rio Grande do Norte, a decisão da Câmara dos Deputados recusando licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves.

Debaixo de aplausos um norte-rio-grandense pronunciou no dia passado discurso explicando as razões de sua renúncia à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal - o deputado Djalma Marinho.

Num dos trechos, o deputado potiguar levanta a Constituição como escudo de sua posição: "Não quero colher aplausos, mesmo porque os reconheço fugazes. Nem notoriedade que não se ajusta à minha personalidade. Mas, porque abomino os extremismos, ergo, como escudo, a Constituição. Rejeito as soluções de força. Refugio-me nos princípios. Em torno desses podem sempre se encontrar os homens que desejam servir. Presto testemunho de um episódio em que sofridamente me envolvi. Sem vacilações, mas sem desafios. Buscando, sempre, os caminhos que me pareceram mais adequados. Quisera que meu gesto - e dar-me-ia bem pago - pudesse despertar os responsáveis para os riscos da empreitada em que se precipitaram. Nenhuma solução de força será duradoura. Muito menos fecunda. O episódio não definirá vencedores, somente vencidos. Pois a violência e

ra Alves, mas considerou correta a decisão da Câmara: "Continuou a discordar daquele parlamentar e continuou recusando aceitar as palavras que ele proferiu no seu discurso de triste memória. Mas, atuação que a única atitude da Câmara foi a que ela tomou, porque feria de frente a dignidade do Poder Legislativo".

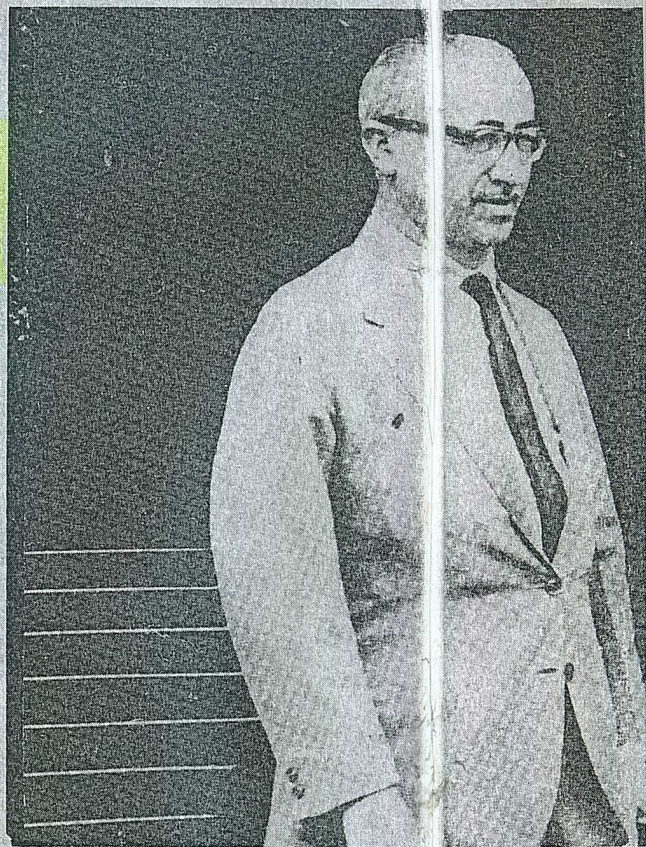
Geraldo Queiroz, da minúscula bancada do MDB na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, aplaude a Câmara e destaca a atuação de Djalma Marinho: "Finalmente o Poder Legislativo tomou uma atitude contra a opressão que se instalou no Brasil, depois de março de 1964. Até que enfim a Câmara soube manter uma posição de altivez contra os áulicos de baionetas na mão. Estão de parabéns os deputados federais que não se curvaram ante a prepotência e arrogância do poder armado. Está de parabéns o povo brasileiro e, principalmente, o do nosso Estado, que teve num dos seus representantes - o deputado Djalma Marinho - a alma e o corpo desta vitória".

SILÊNCIO

Aquela sexta-feira, 13, deixou o deputado federal Jessé Freire silente, como se soubesse o que estava por vir. Ele se encontrava em Natal. Procurado pelo DIÁRIO DE NATAL, preferiu silenciar sobre o assunto alegando desconhecer o problema em todos os seus ângulos: "Estou afastado de Brasília, não acompanhei o caso no seu sentido global, razão porque prefiro não emitir conceito sobre o assunto", resumiu Jessé ora o

de sua diocese afirmando que "até os dias de hoje tem havido, de ambos os lados bastante compreensão e equilíbrio - e que o diálogo entre a Igreja e o governo é leal e franco, de tal modo

que todas as o têm sido equacionadas desta linha de mútuo e mútua compreensão". Mas o padre secretário da Educação (do) Otto Santar



Deputado Djalma Marinho: a Constituição como escudo

e não foi a da Justiça

afirmando
le hoje tem
os os lados
eensão e
e o diálogo
governo é
e tal modo

que todas as dificuldades
têm sido equacionadas dentro
desta linha de respeito
mútuo e mútua compreensão”.
Mas o padre (e hoje secretário
da Educação do Estado) Otto Santana era uma

voz discordante: protestou
contra a prisão de padres e
de qualquer outro cidadão.
“Além disso há o aspecto
discutível do conteúdo sub-
versivo do evangelho. Se
pregar a igualdade de todos

os homens, quer no campo
social, econômico ou político
for subversão da ordem
estabelecida, nós Cristãos só
temos a obrigação de correr
o risco de encher as
prisões”.



Marinho: a Constituição como escudo



Mons. Walfredo Gurgel: “decisões da Câmara são soberanas”

